

## **AS PARCERIAS PRIVADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS (2007/2018)**

Eduardo Augusto Moscon Oliveira/UFES – eduardo.moscon@ufes.br

Juliana da Vitória Reblin/UFES – julianareblin@hotmail.com

Ana Paula Antunes dos Santos/UMEF Naydes Brandão – apa\_santos2@hotmail.com

### **INTRODUÇÃO:**

A relação entre Estado, mercado e educação tem se intensificado nas últimas décadas em decorrência das políticas de ajuste desencadeadas nos mais diversos países do mundo, entre eles o Brasil. Tais políticas retomam os princípios liberais que fundamentam a sociedade capitalista desde a sua origem, trazendo de volta à cena a histórica antinomia entre Estado e Mercado (SCAFF, 2017, p. 147).

No Brasil, desde a elaboração do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) em 1995, como resultado de política defendida pelo então ministro da Reforma Administrativa Luiz Carlos Bresser Pereira, a gestão pública tem sido objeto de profundas alterações justificadas, primeiramente, pela disseminação de uma opção ideológica, segundo a qual o setor privado seria o padrão de eficiência e de qualidade a ser seguido e perseguido. O Plano, elaborado durante o primeiro mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), tem evidente papel norteador na reorganização do Estado brasileiro e de seu marco regulador decorrente (PERONI, 2003; ADRIÃO, 2006).

Com o objetivo de elaborar o mapeamento dos convênios e parcerias firmadas junto às redes Municipais de ensino e o setor privado, além de examinar os interesses presentes nas parcerias/acordos realizados entre as redes públicas de educação municipal do ES e o setor privado, bem como investigar o conjunto de atividades realizadas entre o setor privado e a educação pública Municipal no contexto das relações Interfederativas e do direito à educação, realizamos a pesquisa para mapear o avanço do setor privado na educação pública.

Indagamos a respeito de como essa transferência e relação com o mercado tem ocorrido na educação dos municípios do Espírito Santo. Para tanto, levantamos informações nos 78 municípios do ES e destacamos quatro tipos de arranjos com o setor privado: I) que se relacionam diretamente com a gestão pedagógica da escola vendendo produtos (formação, assessoria pedagógica, livros didáticos ou apostilas e programas educacionais); II) que se relacionam diretamente com a gestão pedagógica da escola ofertando os

serviços/produtos anteriormente citados sem ganhos financeiros aparentes; III) convênios concedidos para oferta de vagas na educação básica; IV) atividades terceirizadas de merenda, vigilância/portaria e limpeza.

### **METODOLOGIA:**

Tendo como recorte temporal o período de 2007-2018, foi utilizado levantamento documental e bibliográfico, buscas nos sítios dos municípios (portal da transparência e links de notícias) e nos sítios das empresas, fundações e institutos.

No portal da transparência pesquisamos os tópicos contratos (compras, despesas e repasses) e convênios concedidos. Em contratos, foi possível destacar a presença do setor privado com a perspectiva explícita de lucros. Em convênios concedidos, identificamos a transferência de recursos do setor público para o setor privado, o que evidenciou um repasse da responsabilidade na execução/administração da educação obrigatória. Nas páginas de notícias dos municípios pesquisados, foi possível apontar as relações do setor público com o setor privado, com possíveis relações de lucro, porém a partir de uma cortina de fumaça, ou seja, sem evidentes relações mercadológicas. Mesmo com essa exaustiva coleta de informações, percorremos os sítios tanto das empresas, que trabalham a partir da lógica lucrativa, quanto os sítios dos institutos e fundações que divulgam o trabalho a partir de uma perspectiva de ação social, para coletarmos os locais de atuação e alcance dos serviços prestados.

Realizamos uma organização a partir da coleta de dados, tomando como referência as seguintes categorias: a presença da terceirização dos serviços (merenda, limpeza, portaria/vigilância); quais empresas, institutos ou fundações estão presentes na formação de professores, na assessoria pedagógica e/ou modelo pedagógico; bem como na implantação de programas e com quais instituições os municípios têm celebrado convênios para oferta de vagas.

Ressaltamos que o percurso de coleta de dados foi realizado de forma atenta e zelosa. No entanto, podem existir mais informações que não foram encontradas, pelo fato de muitos arranjos serem efetivados sem divulgação oficial.

Para embasamento das reflexões, trouxemos para esse diálogo, Theresa Adrião (2006), Teise Garcia, Raquel Borghi e Lisete Arelaro (2009) que abordam o risco da privatização para o princípio da gestão democrática na educação pública, bem como para a garantia da educação como um direito social.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

No que se refere à interferência do setor privado na Gestão Pedagógica da Escola (formação, assessoria pedagógica, livros didáticos ou apostilas e programas educacionais) identificamos a presença das seguintes empresas que vendem seus produtos, com objetivo direto de alcançar lucros por meio da educação pública, são elas: Pearson Education do Brasil Ltda, Curso de formação permanente de professores e eventos Tantas Palavras Ltda ME, Editora Positivo, Gualimp Assessoria e Consultoria Ltda, Inédita Educação e Cultura Ltda ME, Inova Consultoria em Educação Ltda ME, Instituto Conhecer, Wilivro Soluções Tecnológicas Educacionais Ltda EPP, Assistem Asses Auditoria e Consultoria Técnica Ltda, Bicalho Consultoria.

Ainda com a efetivação da presença do setor privado na gestão pedagógica da escola é possível constatar que empresas, fundações e institutos, estão marcando território na educação pública, porém sem a clara intenção de alcançar lucros com essa articulação, pelo contrário, com o discurso de contribuição social, como: EDP Escelsa, Arcelor Mittal, Instituto Natura, Vale, Fundação telefônica Vivo, Rodosol, Fundação SM, SEBRAE, Instituto Votorantim, Fundação Otacílio Coser, ICE, Movimento Empresarial ES em Ação.

No que se refere aos Convênios Concedidos destacamos a presença de duas instituições que recebem investimentos financeiros dos municípios para a oferta de vagas na Educação Básica, são elas: MEPES (Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo) e Fundação Presbiteriana Educacional e Assistencial Rev. Gedeon José Lidório. Em relação às atividades terceirizadas, atualmente, na educação pública municipal do ES os serviços como limpeza, merenda, vigilância/portaria são realizados em sua maioria por servidores públicos. Aproximadamente 15,4%, 17,9% e 10,25% são realizados por empresas terceirizadas, respectivamente, nas atividades de merenda, limpeza, vigilância/portaria.

Mapeando os 78 municípios foi possível constatar que não há exceção no que diz respeito à presença de arranjos com o setor privado nesse recorte espacial. Desta forma, apresentaremos numericamente o alcance das empresas, institutos ou fundações no território da pesquisa, bem como, o campo de suas interferências na educação pública.

Freitas (2018) realiza um alerta ao afirmar que o propósito dos neoliberais é destruir a “educação pública de gestão pública” e não apenas defini-la, querem o Estado apenas como provedor de recursos públicos, não como gestor. Exatamente o que acontece com a realização de contratos para os serviços de limpeza, merenda, vigilância/portaria. O Estado paga pelos serviços, mas não realiza a gestão das atividades.

A tabela a seguir sintetiza a relação dos arranjos com o setor privado nos municípios capixabas, separados pelas 10 microrregiões do Espírito Santo, segundo o Instituto Jones dos Santos Neves. O arranjo I representa a presença de arranjos que se relacionam diretamente com a gestão pedagógica da escola vendendo produtos (formação, assessoria pedagógica, livros didáticos ou apostilas e programas educacionais); o arranjo II representa a presença de arranjos que se relacionam diretamente com a gestão pedagógica da escola ofertando os serviços/produtos anteriormente citados sem ganhos financeiros aparentes; o arranjo III representa a presença de convênios concedidos para oferta de vagas na educação básica; o arranjo IV representa a presença das atividades terceirizadas: merenda, vigilância/portaria e limpeza.

Tabela 1 - Presença de arranjos com o setor privado nos municípios capixabas

<b>MICRORREGIÃO</b>	<b>ARRANJO I</b>	<b>ARRANJO II</b>	<b>ARRANJO III</b>	<b>ARRANJO IV</b>
METROPOLITANA (7 municípios)	1 município.	7 municípios.	Nenhum município.	7 municípios
CENTRAL SERRANA (5 municípios)	Nenhum município.	5 municípios.	1 município.	Nenhum município.
SUDOESTE SERRANA (7 municípios)	4 municípios.	6 municípios.	1 município.	2 municípios.
LITORAL SUL (8 municípios)	2 municípios.	6 municípios.	5 municípios.	2 municípios.
CENTRAL SUL (8 municípios)	3 municípios.	6 municípios.	4 municípios.	Nenhum município.
CAPARAÓ (11 municípios)	5 municípios.	8 municípios.	1 município.	3 municípios.
RIO DOCE (6 municípios)	2 municípios.	4 municípios.	1 município.	1 município.
CENTRO-OESTE (10 municípios)	5 municípios.	3 municípios.	6 municípios.	1 município.
NORDESTE (9 municípios)	1 município.	7 municípios.	5 municípios.	1 município.

---

NOROESTE (7 municípios)	2 municípios.	4 municípios.	1 município.	2 municípios.
----------------------------	---------------	---------------	--------------	---------------

---

Fonte: elaborada pela autora

### **CONCLUSÃO:**

Constatamos que a privatização está presente na educação pública dos municípios do Espírito Santo, por meio das terceirizações, das formações, dos assessoramentos, dos materiais apostilados, dos programas, modelos e padrões da iniciativa privada.

Essa interferência do setor privado na educação pública acarreta sérias consequências; a principal delas é a afronta ao princípio da gestão democrática, já que a lógica empresarial da padronização, da suposta eficiência, da produtividade é impregnada nas escolas que fazem adesão aos materiais, sistemas ou programas.

Outra questão é a fragilização da participação do trabalhador terceirizado nas decisões coletivas da escola, visto que seu vínculo não é diretamente com o poder público, o que acarreta distanciamento das questões, discussões e debates locais.

Reiteramos a responsabilidade do poder público com a educação. Para tanto é necessário fortalecer a gestão democrática nas Unidades de Ensino, consolidando a participação, problematizando juntos aos coletivos os riscos da privatização da educação para a democracia no âmbito escolar e nacional e para a garantia da educação como direito social.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ADRIÃO, T. Educação e produtividade: a reforma do ensino paulista e a desobrigação do Estado. São Paulo: Xamã, 2006.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R.; ARELARO, L. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. Educação & Sociedade, v. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009.

FREITAS, L. C. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018. v. 1, 160p.

PERONI, Vera Maria Vidal. Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90. São Paulo: Xamã, 2003.

SCAFF, E. Estado, Mercado e Educação: arranjos e tendências. Educação Unisinos, Curitiba, v. 21, n. 2, p. 146-154, mai./ago. 2017.